

CERÂMICA ROMANA IMPORTADA NA FOZ DO DOURO: UMA ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA NO CASTELO DE GAIA (V. N. GAIA, NORTE DE PORTUGAL)

ANTÓNIO MANUEL S. P. SILVA*

RUI MORAIS**

MARÍA ROSA PINA-BURÓN***

ROGER PRIETO DE LA TORRE****

Resumo: A colina do Castelo de Gaia é um dos locais mais emblemáticos da ocupação humana na foz do rio Douro. Numa das intervenções arqueológicas ali realizadas, em 2008, motivada pela necessidade de avaliação prévia de um projeto imobiliário, encontraram-se restos de estruturas da época romana e significativo espólio cerâmico.

Observaram-se as cerâmicas de importação procedentes desta intervenção a fim de analisar a circulação e consumo de recipientes em diferentes momentos da ocupação romana na região. Nas produções mais antigas destacam-se formas do séc. I a.C., como ânforas vinárias provenientes da zona campana. Muito significativas são também as produções tardo-antigas, representadas por ânforas orientais, a par de *sigillata* e cerâmicas comuns.

Palavras-chave: Comércio Antigo; Cerâmica Romana; Lusitânia; Castelo de Gaia.

Abstract: The hill known as 'Castelo de Gaia' is one of the main places of ancient human occupation at Douro's river mouth. An archaeological excavation that occurred there in 2008, due to a previous archaeological evaluation of a building project, led to the discovery of Roman ruins and relevant ceramic finds.

This paper focuses the imported wares set, providing data to further analyse on certain vessels' circulation and consumption in different moments of Roman presence in the region. Amongst the most ancient wares there are types of the 1st century BC, like Campanian amphorae used for wine trade. Several Late-Antique productions were also identified, like Oriental amphorae, as well as LRC fine wares and other imported table ceramic.

Keywords: Ancient Trade; Roman Ceramic; Lusitania; Gaia's Castle.

* B Bolseiro de Doutoramento da FCT/ CITCEM/ Projeto HAR 2014-51821-P. amspsilva@hotmail.com.

** FLUP/ DCTP/ CECH. rmora@letras.up.pt.

*** Doutorando da UNED/ Projeto HAR-2012-34422. mrosapina@geo.uned.es.

**** Arqueólogo independente. rogerprieto@gmail.com.

A COLINA DO CASTELO DE GAIA

O relevo da margem esquerda do rio Douro, com uma altitude máxima na ordem dos 78 metros, conhecido como Castelo de Gaia é um dos sítios mais significativos e emblemáticos para o estudo da ocupação humana no curso terminal do rio Douro (Fig. 1). A instalação de um castelo durante a Idade Média, a que se associam curiosas lendas evocativas da tensão entre poderes locais e o domínio de invasores¹, potenciou a subsequente urbanização da zona, mas a ocupação humana daquele relevo remonta a épocas muito anteriores, nomeadamente à época do Bronze Final.

As primeiras escavações arqueológicas no Castelo de Gaia tiveram lugar na parte superior da elevação em 1983-1985, tendo revelado restos de construções e espólio de época romana e alguns materiais cerâmicos proto-históricos². Entre 1989 e 1992, nova intervenção, desta vez num edifício religioso da encosta nordeste, identificou “um edifício paleocristão, violentamente destruído no século VI”, para além de espólio proto-histórico e romano em depósitos secundários³. Entre 1999 e 2004 realizou-se a escavação mais extensiva, na encosta sudeste, no quadro de um projeto construtivo da empresa de vinhos Taylor Fonseca S.A., resultando desta intervenção, para além de um volumoso espólio ainda não estudado, a deteção de estruturas proto-históricas, romanas e de outras épocas, com destaque para um troço de algumas dezenas de metros de uma muralha datada do século I⁴.

Desde então ocorreram no monte do Castelo de Gaia numerosas intervenções arqueológicas, todas elas como medida preventiva de avaliação prévia de projetos imobiliários, cujo elenco seria fastidioso⁵, sendo todavia neste contexto que se inserem os trabalhos arqueológicos cujos materiais serviram de base ao presente estudo.

A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA

Entre os dias 7 de julho e 16 de setembro de 2008 foram realizadas 14 sondagens de 4x4m, num total de 224 m², no espaço ocupado pela antiga sala de concertos “Hard Club” e terrenos limítrofes, que puseram a descoberto uma série de estruturas pertencentes a diferentes períodos históricos e permitiram a recuperação de um importante espólio arqueológico, composto por cerâmicas, moedas, vidros e objetos

¹ REGO, 2015.

² SILVA, 1984; 1986.

³ GUIMARÃES, 1989; 1995a:132-9; 1995b.

⁴ CARVALHO; FORTUNA, 2000; CARVALHO, 2003.

⁵ SILVA, 2017.

metálicos, com um horizonte cronológico que abarca desde a Idade do Ferro até à atualidade⁶. A zona intervencionada distribui-se por três socalcos situados na encosta nordeste do Castelo de Gaia, o superior com uma cota média de 21,5 m, o médio a 18,5 m e o inferior a 6 m acima do nível médio da água do mar.

No socalco inferior, mais próximo ao rio e ocupado por dois edifícios do séc. XVIII-XIX, foram abertas três sondagens (Números 1, 2 e 3), nas quais não se detetou qualquer estrutura arqueológica. Na verdade, os materiais antigos e contemporâneos aí recuperados apareceram descontextualizados e as sondagens mostraram também uma grande variabilidade da profundidade do terreno geológico. Toda a área, aliás, encontra-se muito afetada pela nivelação do terreno na altura da construção dos edifícios, sendo o seu elevado revolvimento reflexo direto do escorrimento de materiais oriundos das plataformas superiores e da ocorrência de cheias no rio Douro ao longo de vários séculos.

No socalco superior foram abertas 11 sondagens, que revelaram muros pertencentes a diferentes períodos cronológicos. Este terraço, suportado por um muro de três metros de altura feito com pedras de granito de grande porte, foi destinado ao cultivo até ao século XX.

A nível estratigráfico, as primeiras camadas descobertas nas diferentes sondagens apresentavam uma sucessão de terras húmusas depositadas para a prática da agricultura, com uma potência média de um metro e um espólio de materiais antigos e contemporâneos misturados. Por baixo da camada de terras húmusas existe uma camada de argila alaranjada que cobre estruturas datáveis da Idade do Ferro e da Romanização. Para uma melhor compreensão da sobreposição, estas estruturas foram separadas e numeradas em conjuntos contemporâneos entre si.

É importante destacar uma espécie de “salto” cronológico observado no espólio arqueológico, uma vez que praticamente não existem materiais dos períodos posteriores à romanização até ao séc. XVIII, o que também se verifica nas sondagens realizadas à beira-rio. Este facto pode dever-se à falta de ocupação durante este período ou aos trabalhos realizados na Época Moderna para a realização do socalco, que poderão eventualmente ter eliminado estratos, parecendo-nos mais provável a primeira hipótese.

⁶ As informações relacionadas com a intervenção são essencialmente um resumo do respetivo relatório técnico-científico (BARBOSA & PRIETO, 2011).

ESTRUTURA 1 – MURALHA (?)

Identificada unicamente na Sond. 4, a estrutura atravessa a sondagem em direção SE perpendicularmente ao muro de suporte do socalco. A estrutura tem uma largura de 1,30m e três fiadas de pedras de pequenas dimensões com cerca de 0,4 m de altura. O aparelho dos dois alçados é pouco robusto, com juntas preenchidas por argamassa argilosa e o interior cheio com pedras pequenas e terra (Fig. 1).

Os materiais provenientes das terras que cobriam a estrutura são do período da romanização. Não foi detetada qualquer vala de fundação, encontrando-se esta estrutura diretamente assente numa camada com cerâmica castreja mais tosca, alguns materiais porventura de origem púnica e sem quaisquer cerâmicas romanas. O espólio exclusivamente castrejo nas camadas imediatamente inferiores revela o escorrimento de materiais provenientes de uma ocupação anterior da encosta.

A Estrutura 1 parece, assim, ser uma muralha que acompanha a vertente do monte e tem a mesma orientação que a Estrutura 2. É difícil determinar o momento da sua construção, mas podemos sugerir um horizonte cronológico dos séculos II-I a.C. tendo estado em utilização até ao séc. II d.C.. Provavelmente teria uma função defensiva ou de delimitação do espaço ocupado pela construção do edifício adjacente (Estrutura 2) podendo eventualmente prolongar-se do topo do monte até à base.

ESTRUTURA 2 – EDIFÍCIO

A esta estrutura pertencem os muros encontrados nas sondagens 4, 5, 6 e 14, correspondentes a um edifício de grandes dimensões do qual foi descoberto um muro com um comprimento mínimo aproximado de 20m (Figs. 2c, 2d).

Este muro, correspondendo à sua fachada sul, apresenta uma largura média de 0,80m, tendo aparelho constituído por duas faixas de pedras faceadas de médias dimensões unidas com argamassa, com o miolo cheio por pedras pequenas. O muro tem uma orientação SO, pelo que aparece na diagonal no socalco atual. Nele, nascem de forma perpendicular vários muros divisórios de compartimentação com orientação NE. Os muros apresentam uma largura média de cerca de 0,35m e três fiadas de pedras bem aparelhadas, unidas por argamassa, com o interior cheio por pedra miúda. É de destacar a regularidade destes muros, formando grandes divisões de um equipamento com função desconhecida. Dentro da uma das divisões formadas por estes muros perpendiculares apareceu o topo de uma estrutura semi-circular, provavelmente um silo, em alvenaria. Esta unidade, com dois metros de diâmetro, é formada por pedras de dimensões médias, com a face voltada para

o interior, e poderá ter servido para armazenamento de bens alimentares ou outra utilização de carácter industrial.

Não foi identificada a fachada norte deste edifício, mas tendo em consideração a sua orientação em relação ao socalco, esta seguramente desapareceu na sua maior parte por ocasião da construção do muro de contenção de terras atual, podendo talvez estar ainda preservada no extremo NE da plataforma. Também não foi possível delimitar os limites este e oeste da construção. No primeiro caso o limite máximo seria a Estrutura 1, pois o edifício parece ter sido orientado em relação com aquela construção, sendo provável que a muralha corresponda ao seu limite a este. No caso da fachada oeste a situação é parecida à do limite norte: não foi identificada, mas caso tenha sido preservada deve encontrar-se no pequeno espaço delimitado pelo muro do socalco e o extremo oeste da fachada norte, tendo provavelmente desaparecido na sua maior parte.

A ereção desta estrutura parece datar do séc. I a.C. e o seu uso pode ter-se prolongado até ao séc. II da nossa era. Dentro dos compartimentos da estrutura apareceu um abundante espólio composto por cerâmicas castrejas e romanas comuns, fragmentos de *tegula*, cossoiros, vidros, um *pondus*, *terra sigillata*, cerâmica cinzenta fina e ânfora (Dressel I e Haltern 70) pertencentes na sua maior parte aos séc. I a.C. – I d.C. sendo de destacar os contentores destinados à armazenagem.

A localização desta grande estrutura a meio da encosta parece descartar uma eventual função agrícola. A presença de grandes salas, um possível silo de grandes dimensões e o abundante espólio de contentores cerâmicos sugerem a sua utilização como armazém ou entreposto comercial de produtos transacionados através do rio Douro, com destino ao interior do território ou base para a exportação de mercadorias por via marítima. Reforça esta ideia a sua posição junto ao atual porto fluvial de Vila Nova de Gaia o que parece atestar as boas condições do local para este tipo de operações, não obstante a cota do rio e as condições orográficas das suas margens terem sido por certo diferentes em época romana.

Não foram encontradas estruturas anteriores sob esta edificação mas o material castrejo de cariz mais tosco é muito abundante nos níveis imediatamente inferiores, o que pode indiciar o escorrimento do topo da colina ou uma ocupação anterior que as sondagens não foram suficientes para pôr em evidência.

ESTRUTURAS 3, 4 E 5

Na Sondagem 8 foram identificados muros de época romana associados a um piso, possivelmente dos séculos I-II d.C., muito afetados pela prática agrícola no socalco. O péssimo estado de conservação destas ruínas (Estrutura 3) impede a

formulação de qualquer hipótese em relação à sua função ou a uma possível relação com o edifício adjacente. Na Sondagem 9 apareceu um muro tosco formado por grandes pedras, sem face, voltado a sul (Estrutura 4), que poderia constituir um muro de suporte de um terraço anterior, possivelmente formado em época romana. Cronologicamente este muro parece datar do séc. I d.C.. Finalmente, nas Sondagens 11, 12 e 13 foi detetado um muro de contenção de terras (Estrutura 5), associado a um piso que parece corresponder a um antigo caminho. A sua cronologia poderá remontar à Idade Média, tendo sido provavelmente desativado no século XVIII, aquando da construção do edifício do soalco imediatamente inferior, e substituído por um outro a uma cota mais alta.

OS MATERIAIS CERÂMICOS IMPORTADOS

Nas 14 sondagens arqueológicas foi recolhido um conjunto artefactual computado em 4390 objetos, composto na sua larga maioria (92,3%) por fragmentos de cerâmica doméstica, embora também se registem materiais cerâmicos de construção, na maior parte romanos, vidros, metais e outros itens⁷. Entre a cerâmica doméstica verifica-se uma distribuição cronológica onde predominam a olaria castreja (46,8%) e a cerâmica romana (36,8%), correspondendo o restante a fragmentos de louças modernas e contemporâneas.

Entre as produções da época romana (1 490 fragmentos) o relatório da intervenção arqueológica regista a presença de um apreciável número de restos anfóricos, em número superior a duas centenas, a par de *terra sigillata* e produções de cerâmica cinzenta fina em proporção muito menor, achando-se a maior parte das recolhas classificadas como cerâmica comum e outros tipos não discriminados⁸.

O trabalho que apresentamos decorre da revisão sistemática dos fragmentos de contentores anfóricos, com análise quantitativa, e uma observação geral das restantes cerâmicas para rastrear a presença de produções de importação significativas do ponto de vista cronológico, mas aqui sem apreciação quantificada, dada a presença de numerosos fragmentos de pequena dimensão e impossível atribuição tipológica ou cronológica. O nosso propósito foi o de tentar perceber melhor, a partir dos materiais desta intervenção arqueológica, os materiais exógenos chegados, em diferentes momentos, ao Castelo de Gaia, e não tanto proceder a qualquer

⁷ BARBOSA & PRIETO, 2011: 39.

⁸ BARBOSA & PRIETO, 2011: 39.

Quadro 1. Distribuição das ânforas por proveniência, tipos e partes do recipiente (NF = N° de fragmentos).

Procedência	Tipo	Bordo	Asa	Fundo	Outro	NF
Itália	Dressel 1 A	9				9
	Dressel 1 B	2				2
	Dressel 1 C	1				1
	Dressel 1		10	2	1	13
Bética	Haltern 70	20	31	10	3	64
	Dressel 20		2			2
	Dressel 32		2			2
	Ramón T-7433	5				5
	Dressel 7/11	2	4	1	1	8
	Beltrán II A	1				1
	Beltrán II B	3				3
	Baia Cádiz indet.		4		2	6
Betica Indet	1			5	6	
Lusitânia	Ovoíde Lusit.	4		1		5
	Dressel 14	6	1	1		8
	Almagro 50		2			2
	Almagro 51 C		3	1		4
	Lusitana indet.	1	9	1	11	22
Oriente	LRA 1	7	12		1	20
	LRA 2	3	8	2		13
	LRA 3	1	1	1		3
	LRA 4	1	1			2
	LRA 5				1	1
	LRA 7		2			2
África	Key LXII/XLII A	2				2
	Africana indet.	1				1
	Africana Tripolitana		1			1
Totais		70	93	20	25	208

revisão ou reinterpretação dos resultados das sondagens conforme expostos no relatório da intervenção.

Desta forma, classificámos e inventariámos em base de dados própria um conjunto de 208 fragmentos de ânforas (Quadro 1)⁹ e 17 outras peças correspondentes a produções claramente importadas e significativas pelo seu carácter incomum ou valor cronológico. O material anfórico identificado (Nº de Fragmentos) encontra-se descrito, por área de origem, tipo e parte do recipiente no Quadro 1. Seguidamente, foi calculado o Número Mínimo de Indivíduos (NMI) a partir do protocolo para a quantificação de cerâmicas que resultou da Mesa Redonda de Mont Beauvray¹⁰.

Assim, os Gráficos 1 e 2 exibem a distribuição dos mesmos contentores mas agora a partir do número mínimo de vasilhas registado, ou seja, resultante da recontagem das peças após o trabalho de recomposição física e agrupamento morfológico dos fragmentos tipologicamente identificadores (bordos, asas e fundos). Seguindo as recomendações do protocolo mencionado e outra bibliografia¹¹, escolhemos em cada caso o valor mais alto da soma dos elementos formais contados individualmente, dividindo por dois o número das asas, naturalmente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No conjunto das ânforas recolhidas nestas escavações do Castelo de Gaia predominam as ânforas alto-imperiais de fabrico bético e lusitano, com mais de metade dos exemplares. Menos abundantes são as produções itálicas e de fabrico oriental e africano.

Como se pode observar no Gráfico 1 as ânforas béticas são mais abundantes, com 40% de representação, seguidas pelas produções orientais, com 19%, e pelas produções itálicas e lusitanas, ambas com 18%. Por fim, corresponde a apenas 5% do total o conjunto das ânforas de fabrico africano.

Como ainda se observa no Quadro 1 e no Gráfico 2, as produções mais antigas estão exclusivamente representadas por ânforas vinárias tardo-republicanas do tipo Dressel 1 (Fig. 3, números 1 a 6)¹². Destas predominam as variantes mais antigas do tipo Dressel 1A, com nove exemplares (Fig. 3, números 1 a 4), datáveis dos anos de 140/130 a meados do séc. I a.C..

⁹ A diferença para o valor quantificado no relatório da intervenção (224 unidades) deve-se à presença de fragmentos imprecisos ou inclassificáveis pelo seu estado ou dimensão.

¹⁰ ARCELIN & TUFFREAU-LIBRE, 1998.

¹¹ ORTON *et al.*, 1993.

¹² O nº de inventário das peças desenhadas indica o registo na base de dados realizada, seguido do contexto de recolha.

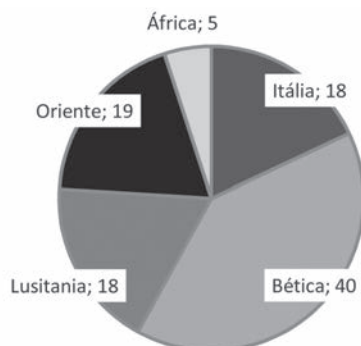


Gráfico 1. Distribuição de ânforas (%) por áreas de produção (cálculo a partir do NMI).

De entre as produções béticas, destacam-se, como seria de prever¹³, as ânforas multiusos do tipo Haltern 70 fabricadas no vale do Guadalquivir entre 50 a.C. e 80 d.C., com 19 exemplares (Fig. 3 – 7 a 12). As restantes produções béticas apenas estão representadas por uma ou duas unidades de cada tipo e correspondem a ânforas das classes Dressel 20 (séc. I-II) e 23 (séc. III-V), igualmente fabricadas no vale do Guadalquivir e destinadas ao transporte de azeite; e a produções gaditanas, as mais antigas do tipo Ramón T-7433, datáveis de entre 150 a.C. e o câmbio de era (Fig. 4, nº 15), mas também as Dressel 7-11, produzidas sensivelmente entre 40 a.C. e os finais do século I da nossa era (Fig. 4 – 13 e 14) e, finalmente, as mais recentes Beltrán IIA e IIB, que circularam principalmente nos séculos I e II (Fig. 4, 16), tipos frequentemente associados ao transporte de preparados piscícolas.

As produções lusitanas estão presentes com 12 exemplares de diversas formas, todas elas associadas também ao comércio de preparados de peixe. Estão melhor representadas as produções mais antigas, enquadráveis nas chamadas ânforas “ovóides lusitanas” (Fig. 4 – 17 a 20), datadas de entre 50 a.C. ao primeiro quartel do século I¹⁴ e o tipo de larga duração (séculos I a III) Dressel 14 (Fig. 4, 21 e 22), com quatro e cinco unidades, respetivamente. Para além de uma forma indeterminada (dado o seu excessivo estado de fragmentação), as restantes ânforas lusitanas datam do período médio e baixo-imperial e apenas estão representadas por um exemplar Almagro 50 e outro do tipo Almagro 51C.

Com exceção dos últimos tipos lusitanos referidos, as produções tardias provém do Mediterrâneo oriental e do Norte de África. Neste subconjunto predominam as ânforas orientais, com 13 exemplares, de fabricos e tipos atribuíveis a produções do Mediterrâneo oriental (tipos Late Roman 1, 2 e 3) e da área da Palestina (Late Roman 4/Almagro 54 – Fig. 5, 34 – e LRA 5) e Egito (tipo Late Roman 7).

¹³ CARRERAS & MORAIS, 2012: 419-441.

¹⁴ MORAIS 2004, 36-40; MORAIS & FABIÃO, 2007, 127-133.

Apesar desta diversidade pode constatar-se que têm maior presença os produtos do Mediterrâneo oriental, do tipo Late Roman 1 e 2, com nove exemplares no total (Fig. 5 – 25 a 33). Trata-se, como é sabido, de contentores de larga vigência cronológica, entre os meados do séc. III (LRA 1) e o século VII, se bem que pontualmente possa afinar-se a cronologia de algumas peças com base em paralelos publicados, como sucede com o exemplar nº 30 da Fig. 5, atribuível à 1ª metade do século V¹⁵. As produções africanas, com apenas três exemplares, são de fabrico tunisino, dois do tipo Keya LXII (de finais do séc. V a inícios do VII) e um contabilizado como indeterminado devido ao estado de fragmentação em que se achou (Fig. 5, números 23 e 24).

No conjunto das produções cerâmicas identificadas, cabe ainda destacar a presença de alguns exemplares importados de *terra sigillata* alto e baixo imperial, que parecem acompanhar estes produtos anfóricos. É o caso de produções itálicas, enquadráveis no período da transição de milénio e a primeira década do século I, e de produções tardias de origem africana e foceense. De entre estas referimos em

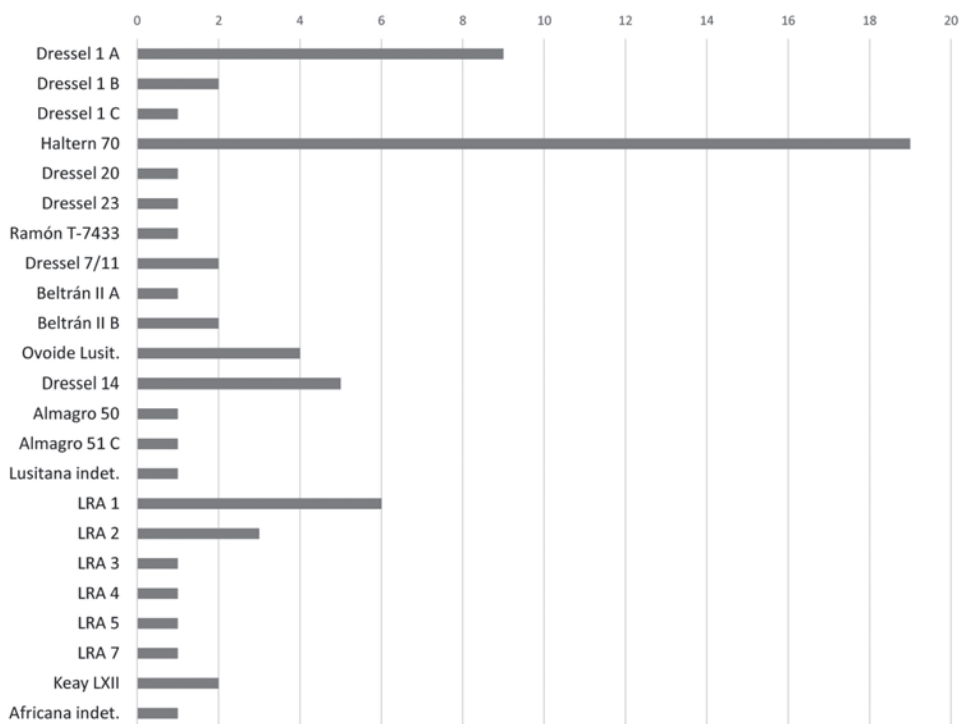


Gráfico 2. Tipos e quantidades de ânforas (NMI).

¹⁵ KARAGIORGOU, 2001: 130, fig. 7.1, nº 3.

particular um fragmento foceense do tipo Hayes 3, var. B, que está melhor conservado e pode datar-se de entre os anos de 450 e 475 (Fig. 6, nº 40).

No âmbito das produções de cerâmica comum – naturalmente as mais abundantes nesta estação arqueológica – assinala-se a presença de mais de uma dezena de exemplares importados de origem peninsular e oriental. Os primeiros estão representados por um fragmento de prato de origem lusitana, (Fig. 6, nº 39) e seis fragmentos béticos, incluindo um almofariz (Fig. 6, nº 35). Os segundos repartem-se por nove exemplares, dos quais se destaca um almofariz (Fig. 6, 36), um pratel com a forma Hayes 3B (Fig. 6, 37), um pote (Fig. 6, 38) e ainda dois fragmentos de disco de lucerna (não ilustrado dado o seu excessivo estado de fragmentação) com um fabrico afim ao das ânforas Late Roman 1, que são, como vimos, as melhores representadas entre os produtos orientais.

Desta forma, a reavaliação das cerâmicas importadas exumadas desta intervenção arqueológica do Castelo de Gaia, vem comprovar a dinâmica da circulação de louças e produtos exógenos em dois momentos particulares: o período tardo-republicano e a antiguidade tardia, confirmando dados de outras estações próximas que vêm sendo objecto de estudo¹⁶.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARCELIN, Patrice; TUFFREAU-LIBRE, Marie, dir. (1998) – *La quantification des céramiques: conditions et protocole. Actes de la table ronde du Centre Archéologique Européen du Mont-Beuvray (...) avril 1998*. Glux-en-Glenne
- BARBOSA, João P.; PRIETO, Roger (2011) – *Rei Ramiro Terraces (RRT08). Sondagens de avaliação prévia. Rua do Rei Ramiro/Cais de Gaia. Santa Marinha. Vila Nova de Gaia. Relatório Final*. Porto: Logiark. Serviços Arqueológicos. Relatório dactilog.
- CARRERAS, César; MORAIS, Rui (2012) – The Atlantic Roman trade during the Principate: new evidence from the Western Façade. *Oxford Journal of Archaeology*. 31 (4). Oxford, p. 419–41
- CARVALHO, Teresa P. (2003) – As ocupações no Castelo de Gaia - problemas de arqueologia urbana. *Revista da Faculdade de Letras - Ciências e Técnicas do Património*. 2. Porto, p. 823-41
- CARVALHO, Teresa P.; FORTUNA, Jorge (2000) – Muralha romana descoberta no Castelo de Gaia. *Al-Madan*. 9. Almada, p. 158-62
- GUIMARÃES, J. Gonçalves (1989) – Escavações arqueológicas na Igreja do Bom Jesus de Gaia. *Boletim da Assoc. Cultural Amigos de Gaia*. 28. V. N. Gaia, p. 17-25

¹⁶ Depois de entregue o presente texto tivemos conhecimento da existência de mais 16 fragmentos de ânfora procedentes desta intervenção a que não pudemos ter acesso para estudo, pelo que não devem considerar-se definitivas a contabilização e estatística apresentada, sem que, provavelmente, estejam em causa o quadro geral e as conclusões a que chegámos.

- (1995a) – *Gaia e Vila Nova na Idade Média. Arqueologia de uma área ribeirinha*. Porto: Univ. Portucalense
- (1995b) – Escavações arqueológicas na Igreja de Gaia. In *Actas da IV Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans/Univ. Nova de Lisboa, p. 429-41
- MORAIS, Rui (2004) – Problemàtiques i noves perspectives sobre les àmphores ovoïdes tardo-republicanes. Les àmphores ovoïdes de producció Lusitana. In *Culip VIII i les àmfores Haltern 70*. [Monografies del Casc 5]. Girona, p. 36-40
- MORAIS, Rui; FABIÃO, Carlos (2007) – Novas produções de fabrico lusitano: problemáticas e importância económica. *Actas del Congreso, Cetariae. Salgas y Salazones de Pescado en Occidente durante la Antigüedad* (Cádiz, (...) 2005). BAR International Series 1686. Oxford, p. 127-33
- KARAGIORGOU, Olga (2001) – The Late Roman 2 amphora: a container for the military annona on the Danubian border? In Kingsley, S. and Decker, M. (eds.) – *Economy and exchange in the East Mediterranean during Late Antiquity*. Oxford: Oxbow, p. 129-166
- ORTON, Clive; TYERS, Paul & VINCE, Alan (1993) – *Pottery in Archaeology*. Cambridge: Cambridge Univ. Press
- REGO, Pedro (2015) – A Lenda ou as Lendas de Gaia. *Boletim da Assoc. Cultural Amigos de Gaia*, 81. V. N. Gaia, p. 36-43
- SILVA, António Manuel S. P. (2017) – As construções do lugar. História(s) e Arqueologia(s) do Centro Histórico de Gaia. In SILVA, António Manuel S. P. (coord.) – *Cidades de Rio e Vinho. Memória, Património, Reabilitação. Conferência internacional de Vila Nova de Gaia, 2015*. Vila Nova de Gaia/Porto: Gaiurb, EEM/Afrontamento, p. 100-37
- SILVA, Armando C. F. (1984) – Aspectos da proto-história e romanização no concelho de Vila Nova de Gaia e problemática do seu povoamento. *Gaya*, 2. V. N. Gaia, p. 39-58
- (1986) – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal; MACS [2ª ed. rev. 2007].

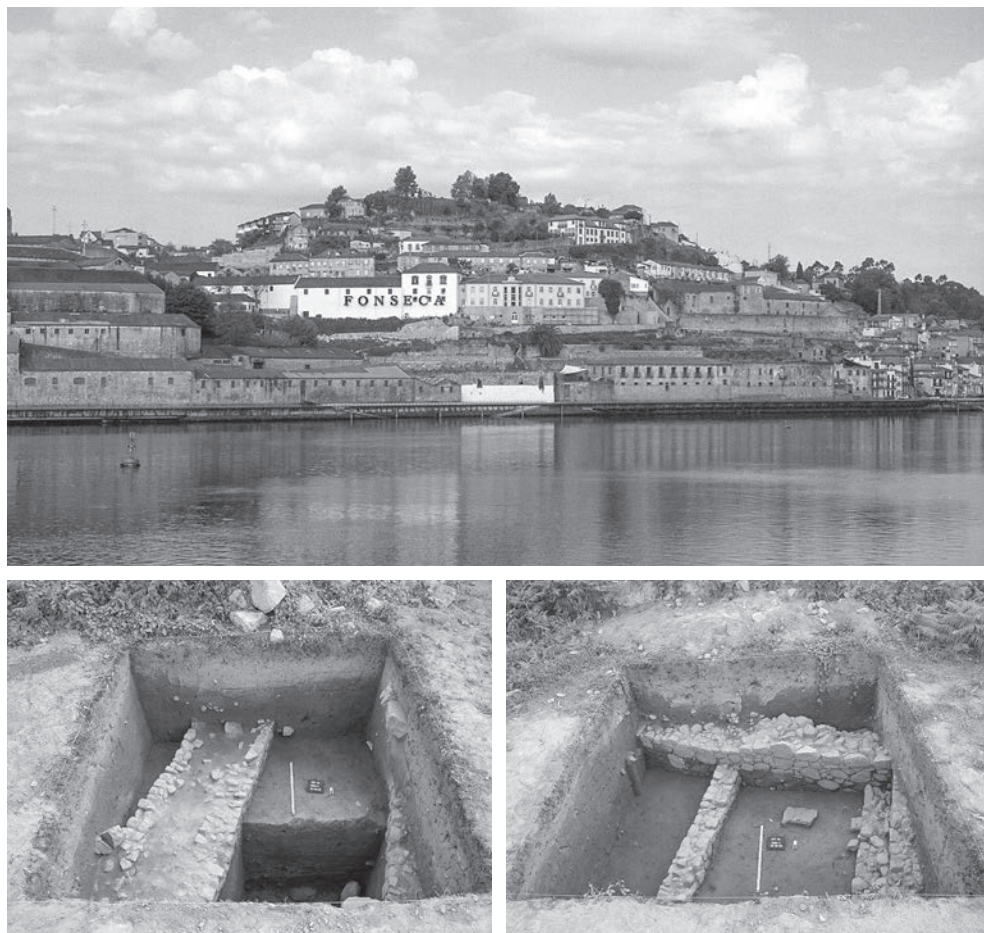


Fig. 1. Vista do Castelo de Gaia. O local da intervenção “Rei Ramiro Terraces” situa-se sensivelmente sob o edifício à direita daquele onde se lê “Fonseca” (foto: A. M. Silva). Em baixo, perspetivas da Estrutura 1 (esquerda) e da Estrutura 2, à direita (fotos: BARBOSA & PRIETO, 2011).

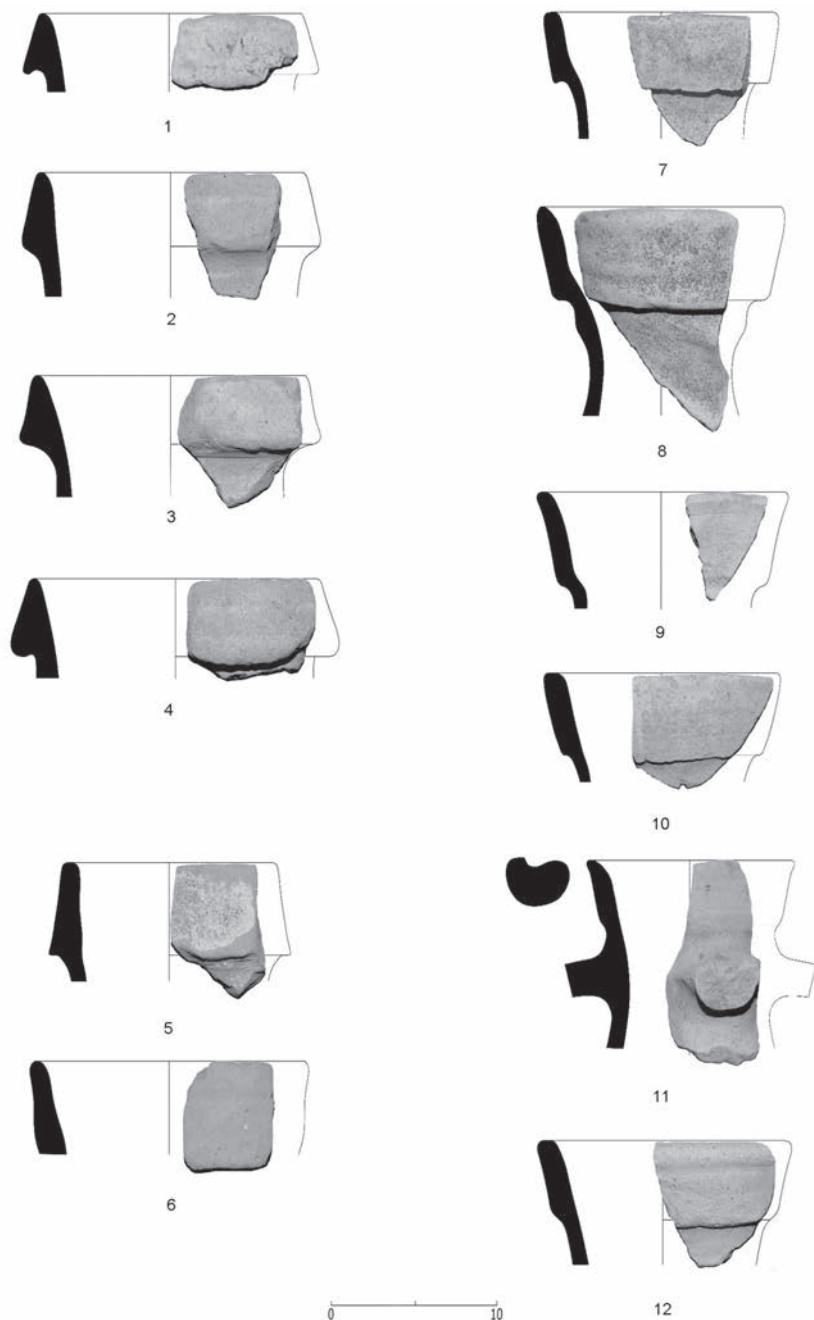


Fig. 2. Ânforas tardo-republicanas itálicas: Dressel 1A: 1 (001UE207); 2 (002UE506); 3 (004UE704) e 4 (005UE704); Dressel 1B: 5 (010UE704); Dressel 1C: 6 (012UE703). Ânforas alto-imperiais béticas (Guadalquivir) Haltern 70: 7 (031UE604); 8 (033UE703); 9 (035UE703); 10 (039UE703); 11 (043UE1404) e 12 (041UE904).

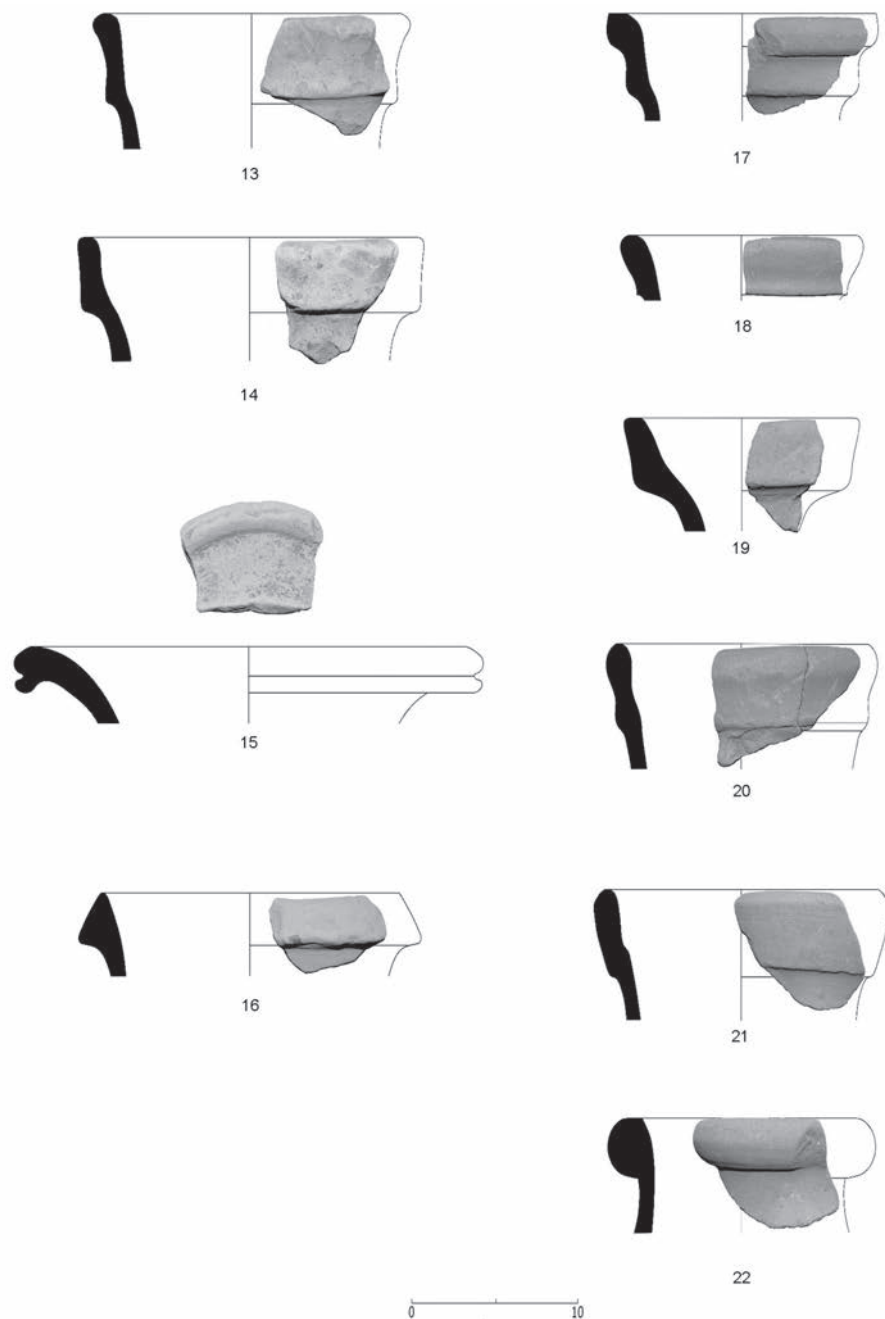


Fig. 3. Ânforas alto-imperiais béticas (Cádiz): Dressel 7-11: 13 (087UE802); 14 (088UE905); T7433: 15 (095UE704); Béltrán IIB: 16 (105UE803). Ânforas ovóides lusitanas: 17 (129UE604); 18 (119UE903); 19 (120UE904); 20 (121UE1403); Ânforas lusitanas Dressel 14A: 21 (125UE703); e Dressel 14B: 22 (124UE703).

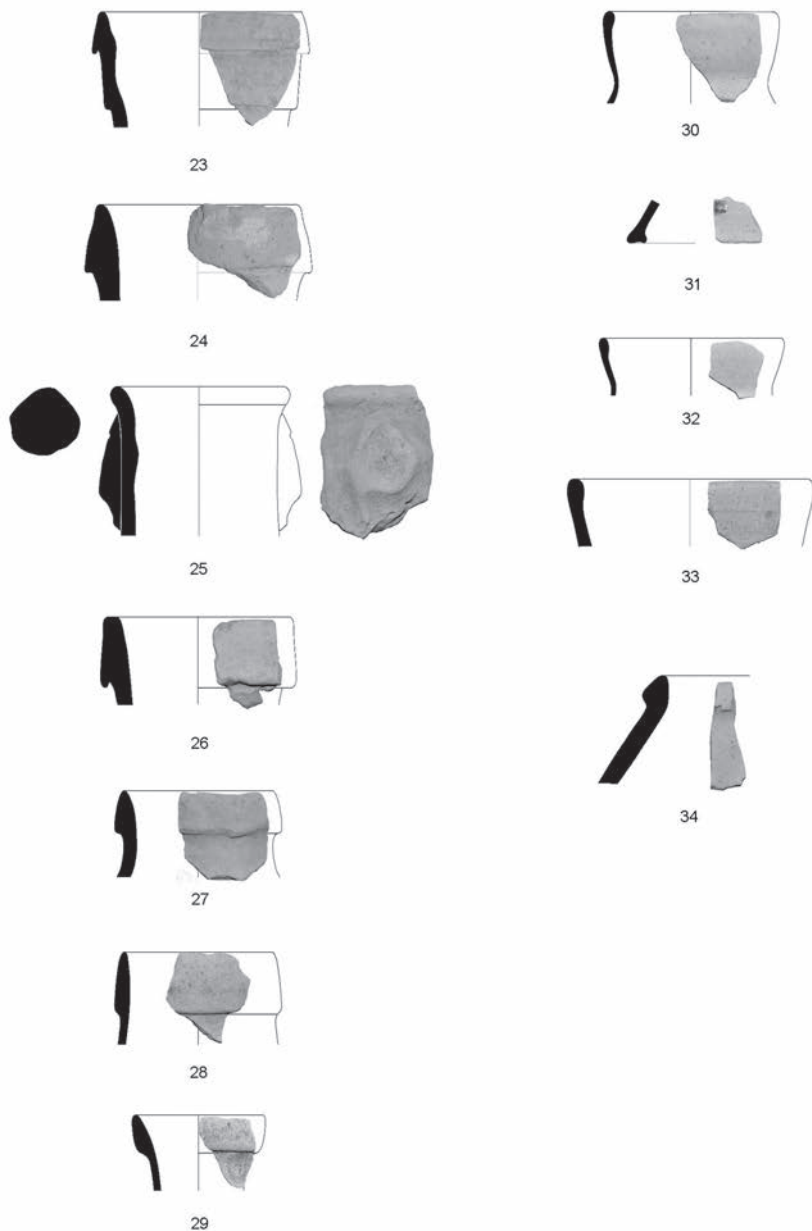


Fig. 4. Ânforas tardias: Africanas Keay LXII e LXII A: 23 (180UE904); 24 (182UE703); Orientais LRA 1: 25 (147UE80X); 26 (145UE604); 27 (150UE1403); 28 (148UE904); 29 (146UE803); LRA 2: 30 (163UE703); 31 (189UE1004); 32 (164UE704); 33 (165UE904); LRA 4: 34 (176UE904).

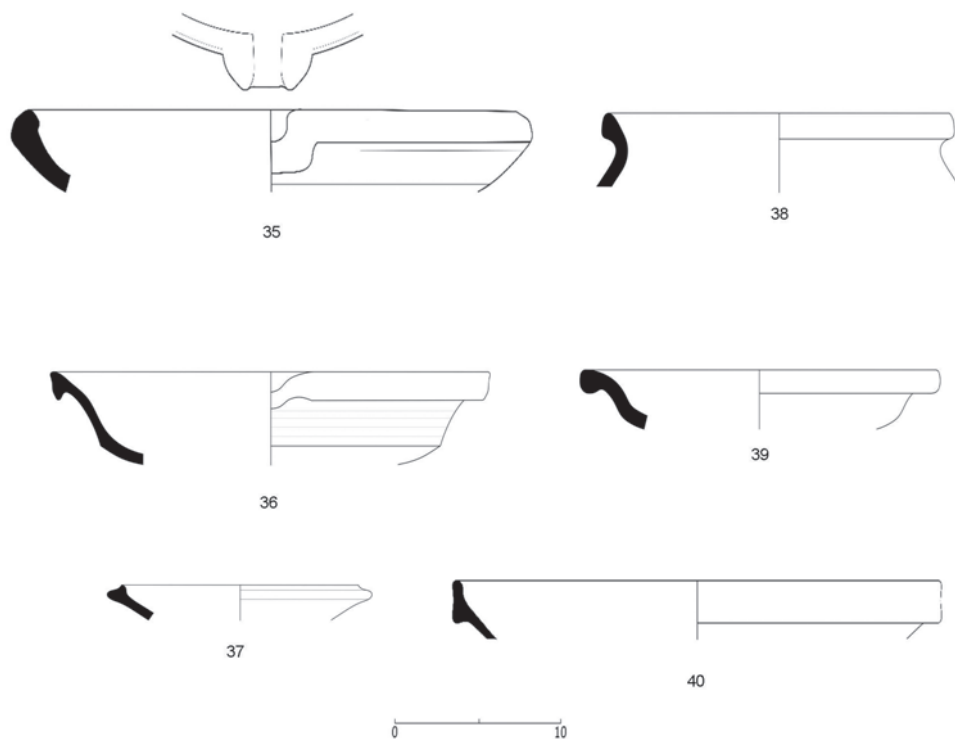


Fig. 5. Cerâmica comum importada: almofariz bético: 35 (192UE703); almofariz oriental tardio: 36 (212UE904); pratel oriental tardio: 37 (223UE1004); pote oriental tardio: 38 (184UE904); prato lusitano baixo-imperial: 39 (191UE904); terra sigillata focense: 40 (225UE1204).

